

## Praça Forte – urbanismo militar

Adler Homero Fonseca de Castro<sup>1</sup>

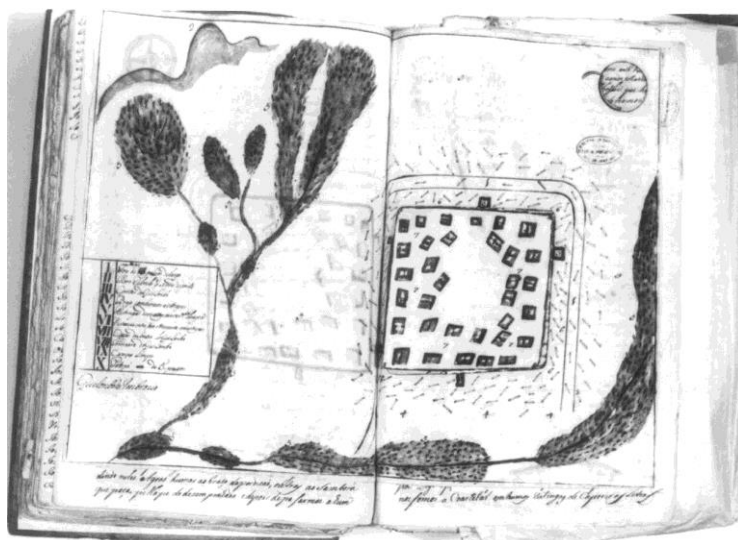
A partir do Neolítico (cerca de 10.000 a. C.), quando os grupos humanos passaram a se fixar no território, formando povoações, surgiu a necessidade de defesa dos recursos que tinham permitido o surgimento das comunidades, como fontes de água, pastos ou terras cultiváveis. Há registros arqueológicos de comunidades fortificadas desde o Neolítico, como Çatalhöyük, construída entre 7.100 e 6.000 a.C. (FERRIL, 1997), e a de Jericó construída de 8.350 a 7.350 a.C. e tornada famosa por ter sido citada na Bíblia, justamente por um suposto ataque a suas muralhas (BÍBLIA, Josué, 6). O simbolismo dessa passagem é interessante, por, alegoricamente, representar um ataque de um grupo de pastores nômades contra uma comunidade sedentária, com interesses territoriais a defender.

As povoações fortificadas são conhecidas como *praças fortes* e foram comuns em todas as sociedades, como os grandes muros de cidades: Nanjing, na China, tinha muralhas com 35 quilômetros de comprimento, que levaram 21 anos para serem concluídas. Como a construção de defesas eficazes era um projeto dispendioso, de realização demorada e que exigia a concentração de esforços para sua conclusão, o surgimento de povoações fortificadas foi facilitado em relação a outros tipos de dispositivos de defesa, pois as comunidades tinham os recursos e população para custear esse tipo de obra.

Na categoria de povoações fortificadas se incluem também estruturas menos imponentes, como as paliçadas indígenas ou quilombos do Brasil. Dois exemplares destes últimos, tombados pelo IPHAN, os Remanescentes do antigo quilombo do Ambrósio, em Ibiá, MG (Processo 1428-T-98, inscrito, em 11 de julho de 2002, no Livro do Tombo Histórico) e o do Palmares (inscrito como Serra da Barriga, parte mais alcantilada, Processo 1069-T-82, em 19 de fevereiro de 1986, nos livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), eram originalmente comunidades fortificadas por paliçadas de madeira e outras defesas (CASTRO, 2015).

---

<sup>1</sup>Graduado em história (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).



Croquis do Quilombo do Ambrósio, 1746, mostrando o fosso, paliçada, torres defensivas e as casas da comunidade. Hoje em dia ainda são visíveis os vestígios do fosso; as outras estruturas permanecem, como sítio arqueológico (CASTRO, 2015).

Em alguns casos, a própria lógica urbana era determinada pelas necessidades defensivas, como a escolha de terrenos escarpados ou de ocupação mais difícil, que eram mais inacessíveis a um inimigo: Ravena, na Itália, foi escolhida para ser a nova capital do Império Romano em 402 d.C. justamente por ser cercada por pântanos, sendo mais defensável do que Roma. Uma das situações mais comuns de construção de cidades era no topo de elevações, as escarpas dos morros servindo como defesa contra um atacante, mesmo que isso dificultasse a vida dos moradores – foi o caso da implantação original de Salvador (BA) e do Rio de Janeiro (RJ), construídas no alto de morros. Onde as cidades cresciam além das elevações originalmente ocupadas e eram feitas novas muralhas, mantinha-se um núcleo central fortificado, a *cidadela*, aonde os moradores podiam buscar abrigo em caso de os muros externos serem rompidos – esse era o caso das acrópoles das cidades gregas.

Mesmo a forma da malha urbana era condicionada por necessidades militares: teóricos da Grécia Clássica defendiam que uma forma de defesa necessária para as cidades era a existência de ruas estreitas e tortuosas, sem um plano evidente e sem espaços abertos dentro das muralhas. Dessa forma, os moradores, conhecedores do labirinto urbano, tinham uma vantagem em caso de ataque, pois os agressores ficariam desorientados por desconhecerem o terreno. Além disso, as ruas podiam ser facilmente bloqueadas com barricadas improvisadas (ENEAS, 1991).

A forma moderna de construir cidades, com ruas largas e retilíneas, seguindo um plano oposto aos das cidades gregas e medievais, também tinha razões militares,

mas por motivos diferentes, por se basear em uma organização social diversa. Com os romanos, surgiu um exército profissional, que, ao contrário dos cidadãos armados, não necessariamente conhecia bem as cidades onde estavam estacionados. Dessa forma, era necessário organizar o espaço urbano para que as tropas se movimentassem rapidamente de um ponto a outro da malha urbana. Praças serviam como local de concentração de tropas, e as ruas largas, por sua vez, dificultavam a criação de barricadas, novamente por uma razão social: exércitos profissionais são ferramentas das elites governantes, e a defesa de interesses locais não era um ponto a ser enfatizado a partir do Renascimento, no século XV (DE LA CROIX, 1982).

Este último ponto é relevante para se entender a evolução das cidades fortificadas: o urbanismo regular, com ruas retas e retilíneas, é uma representação de uma forma de pensar, segundo a qual o governo central, que regula a formação e o crescimento das cidades, impõe a elas uma conformação que lhe é vantajosa, no sentido de controle social. Onde havia uma maior autonomia local, esse urbanismo regular não era tão evidente, como no caso das cidades do Brasil colonial, com uma conformação bem diferente daquela adotada nas cidades da América Espanhola. Um aspecto militar do que aquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de urbanismo de semeador ou ao acaso, versus o do ladrilheiro, regular, para tratar da forma das cidades portuguesas e hispânicas nas Américas, respectivamente. (HOLANDA, 1987).

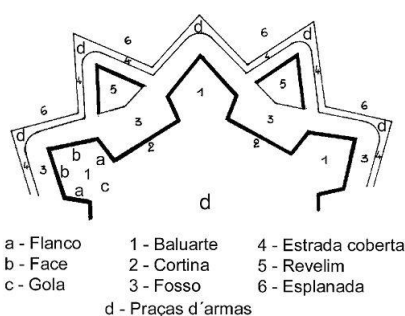


Planta da praça forte de Sacramento, Uruguai, sob o domínio português, 1736 (Arquivo Histórico do Exército) e uma visão aérea atual da cidade, mostrando a diferença entre o urbanismo orgânico dos lusitanos, na área protegida pelas muralhas, e o regular hispânico, na área extramuros, construída mais recentemente. A linha vermelha mostra a separação entre as duas cidades (imagem do Googleearth).

Outra influência militar na formação urbana está relacionada ao aumento da diversificação econômica e social durante o Renascimento, de forma que a construção de fortificações passou a ser um privilégio concedido pelo monarca ou pelos grandes

nobres, e apenas algumas cidades continuaram a ser defendidas por muralhas, essa característica, junto com as milícias urbanas, sendo o elemento necessário para garantir sua independência dos grandes senhores. Isso implicou em problemas graves, pois o custo de uma fortificação era grande e diretamente proporcional a sua extensão e complexidade. Longas muralhas também tinham que ter grandes guarnições, de forma que os líderes das comunidades procuraram reduzir ao máximo a extensão dos muros das cidades, para diminuir os custos e vulnerabilidade das defesas, restringindo o crescimento urbano. Isso criou aglomerados urbanos extremamente densos, podendo-se citar o caso de Gênova, que chegou a ter prédios de dez andares de altura, por não ser possível construir fora dos muros (CHILDS, 1982).

Uma mudança conceitual nas praças fortes surge também no Renascimento: a introdução da artilharia obrigou o surgimento de um novo tipo de fortificação, o *traçado italiano*, um tipo de obra muito mais dispendioso e que exige investimentos de pessoal e de tempo muito elevados, de forma que muitas comunidades europeias que, por suas defesas, tinham mantido sua independência, as foram perdendo, por não poderem arcar com os novos tipos de muralhas (PEPPER; ADAMS, 1986). As cidadelas passam a não ser mais um ponto de refúgio da população, passando, em muitos casos, a se tornar um local onde os governantes ou as elites locais podiam controlar o resto da população – em alguns casos, a destruição das cidadelas, como na Bastilha de Paris em 1789, passou a ser um ato revolucionário contra um governo considerado como opressor.



Elementos do traçado italiano. Fonte: Adler Homero Fonseca de Castro.

No Brasil, as tentativas do governo de implantar praças fortes do novo traçado, como ocorreu em Salvador, Recife, Rio de Janeiro ou São Luís, apesar desse tipo de fortificação ser mais eficiente do que os fortes isolados, fracassaram. As demandas do crescimento urbano – e a autonomia local, como colocado antes – se sobrepuseram às necessidades militares, as muralhas construídas logo se tornando inúteis por causa de construções feitas extramuros: Salvador teve sete circuitos de muralhas; Recife, nove; e

o Rio de Janeiro, três. No caso das cidades da América hispânica, isso não ocorreu, pois o Estado conseguiu impor as normas militares, mesmo tendo em vista as dificuldades que as muralhas causavam para os moradores.

Hoje em dia, há apenas vestígios das muralhas em algumas cidades, como no Rio, junto a uma das duas cidadelas da cidade, a Fortaleza da Conceição, tombada pelo IPHAN (Processo 155-T-38, inscrita, em 24 de maio de 1938, nos livros de Belas Artes e Histórico). Também há vestígios de muralhas urbanas em Salvador e em Recife.

No século XIX, a evolução da artilharia tornou as muralhas urbanas obsoletas, e elas começaram a ser derrubadas, como aconteceu em Viena, em 1857, o terreno delas sendo usadas para parques, ruas e jardins.

### **Fontes consultadas:**

BÍBLIA. A. T. Livro de Josué. In: BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução Centro Bíblico Católico. 131ª ed. São Paulo: Ed. Ave-Maria, 1999, p. 257-258.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1503-2006*. 3 vols. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009-2015.

CHILDS, John, *Armies and warfare in Europe: 1648-1789*. New York: Holmes and Meier, 1982.

DE LA CROIX, Horst. *Planning and cities: military considerations in city planning: fortifications*. New York: George Brazillier, 1982.

ENEAS EL TÁCTICO. *Poliocértica: la estrategia militar griega en el siglo IV a.C.* Madrid: Ministerio de Defensa, 1991.

FERRIL, Arther. *The origins of war: from the Stone Age to Alexander the Great*. Boulder: Westview Press, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

PEPPER, Simon; ADAMS, Nicholas. *Firearms & fortification: military architecture and siege warfare in sixteenth-century Siena*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

**Como citar:** CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Praça Forte – urbanismo militar. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.